



Revista Brasil Energia – Setembro 2004

A César o que é de César

Racionamento seguido de excedentes de energia, fábricas ociosas e perda no PIB foram algumas das principais conseqüências para o Brasil da desarticulação do planejamento na área de energia entre 1998 e 2002. Por isso, dirigentes de associações ouvidos pela Brasil Energia saudaram, de modo geral, a iniciativa do governo de concentrar essa tarefa num órgão especializado como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Para o vice-presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), Demóstenes Barbosa da Silva, os agentes de mercado não souberam conjugar esforços para enfrentar o desafio do planejamento. Dessa forma, o governo reassumiu o papel intransferível de olhar para o futuro.

“O equilíbrio entre oferta e demanda é obtido através de um planejamento feito com cinco anos de antecedência”, resume, enfático, Flávio Neiva, presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE). O mercado, segundo ele, não é capaz de enxergar prazos ou critérios de engenharia e por isso não pode prever escassez ou excessos adiante. “Qual a motivação mercadológica de construir uma usina para operar em 2009, se há abundância de energia?”, desafia.

Neiva acredita que a EPE suprirá a falta de atenção com o futuro, porque vai concentrar o trabalho na coleta de dados e identificar projetos para licitação. E se isso falhar, terá um plano B para suprir o mercado com geração térmica.

Paralisia – “Do ponto de vista dos fornecedores, tivemos um período de paralisia enorme, por que as plantas de geração que estavam em carteira não foram concluídas”, descreve Paulo Godoy, recém-empossado presidente da Associação Brasileira de Infra-estrutura e Indústrias de Base (Abdib). Um dos maiores prejuízos foi a perda de mão-de-obra altamente especializada porque as empresas de engenharia de projeto e de desenvolvimento tecnológico ficaram sem ter o que fazer de 2001 até agora. “Sem falar nas perdas causadas pela suspensão de investimentos por parte das distribuidoras de energia”.

O fato de essas empresas passarem a ter de contratar 100% de seu mercado, com direito a janelas de ajuste, permitirá aos fabricantes se programarem para o atendimento de cronogramas, mediante, inclusive, a adequação de suas estruturas industriais.

Nada tão novo – Já Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), tem uma visão particular sobre o tema. Ele acha que o planejamento nunca deixou de ser feito, e que seria um raciocínio muito simplista afirmar que o racionamento de 2001 resultou exclusivamente da falta dele.

Sales diz que, apesar de toda a experiência e conhecimento envolvidos, houve surpresas hidrológicas. Em sua opinião, porém, foi mesmo a imperfeição das regras que acabou impedindo novos investimentos, jogando o país no abismo do racionamento.

A criação de uma empresa para cuidar do planejamento tem vantagens e desvantagens que só o futuro vai revelar, completa o executivo. Mas não terá, como se pensa, o poder de uma varinha de condão. “Muitos acreditam que, uma vez feito o planejamento, a realidade passará a se comportar conforme o que foi projetado”, conclui.